

O que se entende por língua e linguagem?

Qualquer ser humano reflete todo dia sobre a própria língua. Mas nem todos se lembram sobre a importância dela. Entenda o significado de língua e linguagem no texto de Ataliba de Castilho.

Ataliba T. de Castilho (USP, CNPq)

Índice:

1. [O que vem a ser língua e linguagem?](#)
2. [O que vem a ser uma teoria linguística? Para que serve?](#)
3. [Enunciado e enunciação: o que é isso?](#)
4. [Quais são as teorias linguísticas mais importantes?](#)
 - 4.1 [Teoria 1: “a língua é uma atividade mental”](#)
 - 4.2 [Teoria 2: “a língua é uma estrutura”](#)
 - 4.2.1 [As antinomias saussureanas](#)
 - 4.2.2 [As unidades da língua](#)
 - 4.2.3 [Os níveis hierárquicos da língua](#)
 - 4.3 [Teoria 3: “a língua é uma atividade social”](#)
5. [Funções da linguagem](#)
6. [Língua como comunicação](#)
7. [Língua como um conjunto de estruturas em constante processo de alteração](#)
8. [Uma teoria multissistêmica da língua](#)
9. [Em resumo](#)
10. [Novas Perguntas](#)
11. [Leituras para aprofundamento](#)
12. [Glossário](#)

1. O que vem a ser língua e linguagem?

Visitando o Museu da Língua Portuguesa, você decerto está se perguntando por que se dedicou à Língua Portuguesa todo este espaço, e ainda por cima se organizou um Portal.

Não vou te dizer algumas coisas óbvias do tipo, “é a língua que caracteriza o ser humano, distinguindo-o do resto da criação”, “não fosse a língua, e todos nós seríamos iguais a macacos”, “a língua é um meio de comunicação, pô!, “quê seria de nós se não tivéssemos uma língua para falar, já pensou?”

Embora essas respostas tenham seu valor, elas não vão ao ponto central. E o ponto central é que sem uma língua, não poderíamos formular nosso pensamento. Você já se deu conta de que pensa em português? Sonha em português? Organiza-se logo de manhã com respeito ao que terá de fazer durante o dia, falando consigo mesmo em português? E mesmo quando quer aprender uma língua estrangeira, sai por aí tentando pensar só nessa língua, como um bom modo de dominá-la.

Já “língua” é um termo genérico, pois pode referir-se a outras manifestações, além da sequenciação de sons, como em “língua das cores”, “língua dos perfumes”, “língua das abelhas”, e outras muitas línguas mais.

Não existe criatura sobre a face da terra que não reflita todo dia sobre a própria língua, embora nem sempre se dê conta disso. Às vezes até “colocamos no ar” pedaços dessa reflexão. Certamente você já se pilhou dizendo ao seu interlocutor: “me deixa dizer isso de outro modo”, “esse assunto, digamos assim, terá outros desdobramentos”, “por assim dizer, tudo o que preciso agora é que você me empreste uma grana”, “agora estou pensando em calar a boca”, etc., etc.

Os linguistas chamam esses lances de atividade epilinguística*. Complicado? Não, se você pensar que “epi” é uma preposição-prefixo tomada de empréstimo ao grego, e que quer dizer “a respeito de, sobre”. Um atividade epilinguística é isso aí: ao mesmo tempo que você fala, você reflete a respeito das formas linguísticas que usou, para ver se estão adequadas à situação de fala em que se encontra. E seu cérebro dá conta de tudo isso. Por outras palavras, ninguém é “burro” se consegue falar.

Outros dispõem esse tipo de atividade no campo da Psicopragmática*. Esse é um rumo de estudos que considera o uso da língua “para-si-mesmo”. Voltando ao lance dos sonhos: você pensa em português, sonha em português, e nessas situações está usando a língua para si mesmo. Não para o outro.

Abrindo um parênteses. O divertido nessa história é que, enquanto sonhamos, constituímos um interlocutor, que nos diz coisas de que não sabíamos. Mas como é

isso? Não fomos nós mesmos que inventamos o sonho e o interlocutor?! Então por que não sabíamos o que o “locutor inventado” nos ia dizer? Não, não, não pense que isto é coisa de maluco! Pondo de lado que todo mundo tem dessas “maluquices”, essas perguntas nos mostram que a língua é um fenômeno basicamente mental, criado por nossa mente, e a mente é um setor do conhecimento hoje em dia sujeito a muita pesquisa.

Outro exemplo: alguém pergunta sobre determinado assunto a respeito do qual não se tem uma noção clara. É normal, nesses casos, que a resposta seja mais ou menos assim:

*-- Bem... o caso é que... **não...** o caso é que tudo isso tá muito enrolado.*

O que foi que o locutor negou? Ele nem tinha dado a resposta ainda! O que se negou aqui foi o pensamento, negou-se o que ia ser dito, mediante uma “negação psicopragmática”. Outros fatos epilinguísticos e psicopragmáticos são estudados pela disciplina Análise da Conversação*.

Enfim, depois de pensar calado, “falando com os nossos botões”, somente depois disso é que sentimos a necessidade de nos comunicar com outros. Aqui está a outra natureza das línguas, que não existiria sem a primeira: a língua serve para comunicar. Bem, isso você já sabia.

Mesmo assim, pense nisto: quando nos comunicamos, produz-se outro dos “mistérios linguísticos”, pois lançamos ao ar um conjunto de sons que são portadores de sentidos. Nosso interlocutor, se sabe nossa língua, apreende esses sons e interpreta grande parte dos sentidos que quisemos transmitir. Aí dizemos que ele “captou a mensagem”. Ninguém sabe como explicar direito esse emparelhamento entre som e sentido. Daí ter-se considerado como arbitrária a ligação som-sentido. A relação som-sentido é uma convenção que estabelecemos entre nós. E por aqui teremos de ficar, até que os neurologistas e os neurolinguistas entendam melhor o funcionamento do cérebro, e nos apresentem uma explicação para esse mistério.

2. O que vem a ser uma teoria linguística? Para que serve?

Todas as ciências operam sobre um objeto de estudos. Para o geólogo, o objeto é o solo, para o biólogo, são os seres vivos, para o botânico, as plantas, e assim por diante. Nestes casos, o objeto é exterior ao cientista, e já aparece como um dado no mundo físico.

Já no estudo das línguas, do psiquismo, das culturas, a coisa é diferente, pois agora seu objeto é uma propriedade mental, uma atividade de nosso cérebro, organizado a partir de dados invisíveis. Ferdinand de Saussure, o fundador da Linguística moderna, reconhecia no começo do séc. XX que a língua é um “objeto escondido”, não suscetível de uma observação direta. Assim, para desenvolver pesquisas sobre ela precisamos postular uma teoria. Mas o que quer dizer “teoria”?

Teoria é uma palavra grega que quer dizer “visão”, “ponto de vista”. Lembre-se da fábula dos deficientes visuais e do elefante. Foi mais ou menos assim. Três deficientes visuais rodearam um elefante. Um pegou em seu rabo e disse que o elefante era um animal cilíndrico, fininho e duro como uma corda, ocupando no espaço uma posição variável. Outro apalpou uma das pernas e logo discordou do primeiro: o elefante até pode ser cilíndrico, mas não é fininho, nem duro, e ocupa no espaço uma posição fixa, vertical. Um terceiro conseguiu agarrar a tromba e considerou que seus dois colegas estavam certos só até certo ponto: cilíndrico, OK, posição variável, OK, mas nem fino nem duro.

Qual deles estava certo? Individualmente, nenhum. Coletivamente, todos, ainda que sua visão do elefante fosse apenas aproximativa. Eles tiveram opiniões diferentes por que tiveram “pontos de vista” diferentes – permitam-me usar respeitosamente essa expressão, que é igualmente usada pelos deficientes visuais, visto que, como se sabe, nossa fala é recheada de imagens. Isso sem mencionar que os deficientes visuais desenvolvem bastante os outros sentidos. Então, se um quarto deficiente subisse em

seu lombo, e um quinto apalpassem suas trombas, teriam surgido mais duas opiniões, pelo menos. Nossa percepção sobre o elefante teria melhorado, mas ainda assim faltaria muito para que conhecêssemos a coisa por inteiro.

Primeira moral da história: a língua é o elefante, os usuários da língua, os linguistas e os gramáticos são os deficientes visuais. Assim como o elefante é um objeto parcialmente escondido para quem não enxerga bem, assim a língua é um objeto escondido para todo mundo, mesmo para aqueles que enxergam bem.

Segunda moral da história: a cada ponto de vista corresponde uma percepção do que é a língua. Nenhuma está errada, a menos que se torne inconsistente em relação ao ponto de vista adotado. Imagine a confusão se um dos deficientes visuais deixasse de lado o tato, que estava sendo utilizado pelos outros, e usasse outro dispositivo dos sentidos, como o olfato, ou a audição, por exemplo. Sua opinião, por mais valiosa, seria inconsistente com a de seus colegas. Seria de pouca utilidade comparar cheiros com formas, por exemplo.

Transposta a situação da fábula para o estudo da língua portuguesa, fica claro que se não dispusermos previamente de um ponto de vista sobre a língua, torna-se difícil refletir coerentemente e com a maior amplitude possível sobre esse objeto escondido. Saussure acrescenta que na Lingüística “o ponto de vista cria o objeto” – e apenas isto já mostra a importância das teorias para o estudo das línguas. Por objeto pode-se entender tanto o objeto teórico (isto é, o ponto de vista sobre a língua), quanto o objeto empírico (isto é, os materiais sobre que fundamentaremos nossa análise). Saussure sabia o que estava falando!

Está na hora, portanto, de fazermos uma apresentação das principais teorias sobre a língua. Mas atenção! Teoria e empiria se completam! O ponto de vista e a observação dos dados caminham juntos! Assim como não poderemos estudar uma dada língua se não dispusermos previamente de uma teoria, da mesma forma não poderemos estudá-la se não dispusermos de dados sobre ela. Deficientes visuais sem o elefante impediriam que se escrevesse uma fábula. Foi por isso mesmo que o Museu da

Língua resolveu presentear seus consulentes com uma boa dose de textos de língua, reunidos nos vínculos Língua Falada e Língua Escrita, em que se podem encontrar amostras muito variadas do Português.

Na verdade, quem faz pesquisas sobre língua – e aqui estamos te convidando para entrar nesse time – caminha o tempo todo da teoria para os dados, iluminados pelas perguntas formuladas a partir da teoria, fazendo também essa caminhada ao contrário, dos dados para a teoria, cuja formulação vai sendo aprimorada. Ficar só na teoria não melhorará nosso conhecimento da língua portuguesa. Ficar só na empiria nos impedirá de melhorar esse conhecimento. Assim, seja guloso, fique com as duas!

3. Enunciado e enunciação: o que é isso?

Uma primeira mirada sobre as teorias mostra a necessidade de distinguir língua como *enunciação** da língua como *enunciado**. Essa é uma percepção antiga na história da reflexão sobre as línguas, enriquecida pelos estudos lingüísticos modernos, quando se insiste em que as línguas naturais* são também uma enunciação, e não apenas um enunciado, isto é, são um conjunto de processos criativos, e não apenas um conjunto de produtos catalogáveis – que é a língua que aparece nas gramáticas e nos dicionários. Logo, dicionários e gramáticos = língua como enunciado.

O estudo da *língua como enunciação* problematiza as questões que envolvem qualquer manifestação lingüística: a existência de dois ou mais falantes, integrados em variáveis sociais tais como região geográfica de que procedem, o momento histórico em que falam ou escrevem, o nível sociocultural a que pertencem, sua escolaridade e faixa etária.

Ao interagir através da língua, os falantes estão integrados numa situação de fala (conversa espontânea, conversa formal, fala pública, etc.) e num entorno social (falam ou escrevem a pessoas de mesmo nível, ou de um nível sociolingüístico diferente do seu), e realizam atos de fala locutórios (expõem sobre dados assuntos, perguntam sobre o que não sabem, ordenam), ilocutórios (insinuam coisas, sem dizê-las de modo

claro) e perlocutórios (realizam ações ao mesmo tempo em que falam, como quando o padre diz “eu te batizo, Bastião”).

Os falantes escolhem o canal de que se servirão: a língua falada, caso o interlocutor esteja presente, a língua escrita, caso o interlocutor esteja ausente. Em qualquer caso, quando se parte do ponto de vista segundo o qual a língua é uma enunciação, o que se está investigando são as condições de produção dos enunciados lingüísticos, as atividades que cercaram a criação das manifestações lingüísticas, aí incluídas as atividades mentais.

Já o estudo da *língua como enunciado* considera os resultados, o produto da interação lingüística. Obviamente, os enunciados trazem as marcas de sua fatura, refletindo as características da situação enunciativa em que foram produzidos. Para ser estudado, o enunciado pode ser razoavelmente disposto em níveis de análise, como os textos*, as sentenças*, as palavras* e os sons*. Em suma, entende-se por enunciado um conjunto de expressões faladas ou escritas, que podem ser consideradas independente ou dependentemente da situação social em que foram geradas, de acordo com o ponto de vista que tivermos escolhido, ou seja, de acordo com determinada teoria.

Quando descrevemos sejam as processos da enunciação, sejam os produtos do enunciado, identificamos alguns comportamentos gerais dos falantes, denominados *regularidades lingüísticas*. Alguns exemplos de regularidades lingüísticas encontradas no enunciado: (1) o centro da sílaba é sempre uma vogal; não dispomos, como em outras línguas, das soantes, que são entidades fonéticas não vocálicas que podem ocupar o centro da sílaba; (2) na organização das palavras, o radical* vem primeiro, o sufixo* vem depois; não dizemos *vafála¹, e sim *falava*; (3) na organização dos sintagmas*, colocamos o artigo antes do substantivo, como em *a língua*, e não ao contrário, como em **língua a*; (4) na organização da oração, em geral colocamos antes o sujeito*, depois o verbo, e por fim os complementos*, como em *a menina comeu a maçã*, e não **a maçã comeu a menina*, a não ser que estivéssemos

¹ Observe que estamos usando (*), o asterisco, de duas formas: quando vem colocado depois de um termo, ele quer dizer que se trata de termo técnico, definido no final do texto; quando vem colocado antes de um termo ou de uma expressão, ele quer dizer que essas formas não existem na língua.

escrevendo um conto surrealista, ou então que estivéssemos separando por uma pausa o constituinte *a maçã* em relação a *comeu a menina*; (5) na organização do diálogo, primeiro colocamos os marcadores conversacionais*, e só depois começamos o diálogo, como em *Bom... agora vou dizer algumas coisas*, e não **agora vou dizer algumas coisas... bom...*

As regularidades lingüísticas justificam por que conseguimos aprender uma língua, por que conseguimos nos entender, emitindo sinais sonoros ou gráficos interpretáveis por quem nos ouve ou por quem nos lê. As regularidades lingüísticas são percebidas pelos falantes em sua fase de aquisição* de uma dada língua, o que acontece geralmente entre 9 meses e 2 anos de idade. É claro que as crianças não saberão explicitar essas regularidades, mas se eles não tivessem conseguido identificá-las, incorporando-as em sua língua implícita*, não teriam aprendido a falar. Uma vez adultos, somos capazes de identificar e explicitar essas regularidades, e este é um dos objetivos do Portal da Nossa Língua.

Pelo menos cinco passos são necessários para o estudo da língua: (1) escolher uma teoria, (2) formular perguntas a partir dessa teoria, (3) dispor de materiais para o estudo (4) levantar os exemplos de interesse para a pergunta formulada, (4) analisar esses exemplos e redigir um texto, (5) comparar os resultados obtidos com aqueles que aparecem na bibliografia. Veja o texto “Refletindo sobre a língua”, para mais detalhes, e não se esqueça que o primeiro passo para investigar a língua – como para investigar qualquer outro assunto – é a curiosidade, a vontade de indagar. Sobre esse primeiro passo assenta todo o conhecimento humano, e neste Portal estamos te convidando para engrossar o time dos perguntadores.

Vejamos agora com mais detalhe esse lance das teorias sobre a língua.

4. Quais são as teorias lingüísticas mais importantes?

Ao ler gramáticas e estudos sobre a língua, você pode se perguntar qual é deste autor, com que teoria ele operou. É muito provável que no final desse exercício você poderá agrupar em três polos as teorias identificadas:

Teoria 1: a língua é uma atividade mental

Teoria 2: a língua é uma estrutura.

Teoria 3: a língua é uma atividade social

Essas "famílias teóricas" traduzem razoavelmente bem as preocupações contemporâneas sobre o que é a língua. Elas não são muito diferentes entre si, quando examinadas de perto. Afinal, todas elas estão palpando o mesmo elefante.

Por um acaso bastante significativo, elas reproduzem aproximativamente os três polos que os gramáticos gregos identificavam na língua: a língua como *énnoia* "pensamento", portanto Teoria 1, a língua como *onomasía* "designação", mais ou menos a Teoria 2, e a língua como *trópos* "uso individual", sem dúvida a Teoria 3. Ah, esses gregos! Vamos nos acercar dessas teorias.

4.1 Teoria 1: “a língua é uma atividade mental”

De acordo com esta vertente, a língua é uma atividade mental, por meio de que representamos semântica e gramaticalmente os elementos do mundo à nossa volta, captados por nossos órgãos de percepção. Seu estudo, portanto, implica em descobrir como a mente humana, cuja sede é o cérebro, funciona no que diz respeito à produção de uma língua.

Uma pergunta e tanto, não é mesmo? Inspecionar a mioleira, e entender seu funcionamento! Logo de cara você pode perceber que esse programa terá de envolver muitas especialidades científicas: a biologia, a neurologia, a psiquiatria, a neurolinguística, as ciências cognitivas - numa palavra, a “miolologia”, que não

brinca em serviço. Não é à toa que muitos desses cientistas afirmam – cheios de razão – que a pergunta que eles fazem é a última das perguntas, a mais básica dentre todas.

Aliás, faz tempo que os homens fazem esta pergunta. A teoria da língua como uma atividade mental entronca em vertentes racionalistas clássicas e modernas tendo sido retomada no séc. XIX por Wilhelm von Humboldt, e no séc. XX por Chomsky, a partir de 1957, para ficar apenas com estes dois.

Humboldt (1836: 63) havia traçado um programa de pesquisas que o identifica plenamente com o que estou chamando aqui de Teoria 1. Ele afirmou que

"se deve considerar a língua não tanto como um produto inerte, mas sobretudo como produção; [deve-se] abstrair em maior medida sua ação designadora de objetos, e mediadora da compreensão, remontando com maior afinho à sua origem, tão estreitamente unida à atividade interior do espírito, e à influência que exercem a linguagem sobre esta, e esta sobre aquela".

Aprofundando sua definição da língua como uma entidade dinâmica, ele diz que *"a língua mesma não é uma obra (érgon), mas uma atividade (enérgeia); por isso, sua verdadeira definição só pode ser genética"*: pág. 65. Você já notou: ele está separando a língua como enunciado, como obra acabada (érgon), da língua como enunciação, como uma atividade sem fim (enérgeia).

Em seguida, Humboldt passa a operar com os conceitos de *"forma da língua"* e *"matéria da língua"*.

Ele mostra que a matéria da língua é heterogênea, caótica, e tem sido descrita e sistematizada pela gramática e pelo dicionário, que servem ao aprendizado, mas não explicam a verdadeira natureza da língua.

Já a forma é um *"elemento constante e homogêneo que subjaz ao trabalho do espírito por meio do qual o som articulado é elevado à expressão das idéias"*; [esse elemento] é *"apreendido da maneira mais cabal possível em seu travejamento interno, e exposto com sistema"*. Naturalmente, a forma da língua é *"uma abstração construída pela*

ciência" (págs. 66 e 67), e *"não deve ser entendida tão somente como a chamada forma gramatical"*: pág. 68.

Numa clara priorização da forma sobre a matéria enquanto objeto de estudos e de definição da língua, ele afirma que *"num sentido absoluto, dentro da língua não pode haver matéria sem forma"*, e até o som articulado deriva sua natureza *"justamente pela forma que ele recebe"*: pág. 69.

A contribuição maior de Humboldt foi secundarizar a função comunicativa como uma consideração central para a compreensão da linguagem. Ele afirma repetidas vezes que a importância maior da língua está em permitir a construção de uma visão do mundo, em constituir nossas experiências para que, secundariamente, possamos compartilhá-las com o outro - daí ser ela uma *énérgeia*, pois constantemente retorna sobre si mesma, e se reconstrói: Humboldt (1836: 157). Franchi (1977) tematizou cuidadosamente estas idéias, quando escreveu sobre a "língua como uma atividade constitutiva".

Chomsky começa por separar a Língua I, ou internalizada – a língua como uma entidade mental – da Língua E, ou externalizada – aquela que a gente ouve, e na qual escreve. Ele mostra que, enquanto a Língua E corresponde mais ou menos às descrições das manifestações linguísticas, o verdadeiro alvo da ciência está em entender a Língua I. Ou seja, ele está de acordo com Humboldt. Para isso, ele propõe diferentes princípios, para garantir que o raciocínio seja cuidadosamente guiado, evitando associações intuitivas que possam prejudicar o trabalho.

A partir dessas idéias, Chomsky construiu um programa de investigações, assim sintetizado por Raposo (1992):

1. Qual é o conteúdo do sistema de conhecimentos do falante, por exemplo, do Português? O que é que existe na mente desse falante que lhe permite falar e compreender expressões do Português e ter intuições sobre os sons, as construções e os sentidos dessa ou de outras línguas?
2. Como é que esse sistema de conhecimentos se desenvolve na mente do falante? Que tipo de conhecimentos é necessário pressupor que a criança

- traz a priori para o processo de aquisição de uma língua particular, ou seja, para explicar o desenvolvimento dessa língua em sua mente?
3. Como é que o sistema de conhecimentos adquirido é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas?
 4. Quais são os sistemas físicos do cérebro do falante que servem de base ao sistema de conhecimentos linguísticos?

Diversas teorias esmiúçam a compreensão da língua como uma atividade mental: os estudos sobre aquisição da linguagem*, a gramática gerativa*, a gramática cognitivista*, e a Linguística cognitivista*. Outros textos do Portal tratarão desses ramos de estudos.

4.2 Teoria 2: “a língua é uma estrutura”

Esta família de teorias toma como ponto de partida o enunciado linguístico, estabelecendo que a língua é uma estrutura composta por signos, os quais se constituem em unidades organizadas em níveis hierarquicamente dispostos: o fonológico, o gramatical e o discursivo. Para o estudo da língua assim concebida não é necessário levar em conta o falante historicamente situado, pois o que interessa a essas teorias é o enunciado que resulta da interação.

O enunciado é visto como um produto acabado, como um sistema que importa entrever por detrás dos diversos usos linguísticos concretos. A teoria da língua como uma estrutura dá prioridade à análise do código, e entende que os diferentes usos representam apenas uma porta de entrada para a análise. A língua articulada é entendida numa forma idealizada, considerando-se aceitos, ou postulados arbitrariamente, conceitos tais como *"comunidade de fala, competência do falante, funções da fala e da linguagem"*: Dell Hymes (1974).

A gramática da língua como enunciado é de natureza descritiva, e compõe-se de um conjunto de regras explícitas, que devem dar conta dos elementos que constituem os níveis hierárquicos mencionados. A gramática vem sendo desenvolvida ao longo de uma tradição milenar, mas afirmou-se com mais clareza quando se organizou, no

começo do séc. XX, a Linguística Estruturalista* e a consequente Gramática Estruturalista*.

Vejam agora algumas das formulações que tomam a língua como uma estrutura. Essas teorias poderiam ser coletivamente reconhecidas como uma Teoria do Enunciado, tendo-se constituído a partir das antinomias saussureanas. Ela inclui pontos de vista sobre as unidades lingüísticas e sobre os níveis hierárquicos que compõem a estrutura lingüística.

4.2.1 As antinomias saussureanas

Você de certo estará se perguntando que diabo é isso de “antinomias” ?

Para entender por que Ferdinand de Saussure abordou a língua formulando antinomias, ou seja, juízos que se opõem, é preciso localizá-lo numa das direções de descoberta científica, descrita como *existencialismo*.

Simplificando bastante as coisas, há entre outros pelo menos dois modos de fazer descobertas científicas: a do *essencialismo*, e a do *existencialismo*.

Os essencialistas acreditam que a verdade das coisas está nelas mesmas, em sua essência. Basta identificar suas propriedades de identificação, e pronto, você já fez sua descoberta científica!

Os existencialistas não acreditam que essas propriedades sejam perceptíveis se nos concentrarmos apenas no objeto sob estudo. Eles dizem que a essência das coisas nos está escondida, e o jeito então será entender as coisas pelas diferenças que podemos estabelecer entre elas e outras coisas comparáveis. Por outras palavras, a realidade das coisas não está nelas, está no contraste que podemos estabelecer entre elas. As coisas não são, elas existem – daí o rótulo dessa posição científica.

Como ser existencialista se queremos estudar a língua? Bom, você terá de contextualizá-la nela mesma, comparar seus elementos, contrastá-los e assim descobrir como eles são. Saussure formulou esses contrastes em termos de “antinomias”.

Vou dar um exemplo desse comportamento científico. Observando o modo como os brasileiros pronunciam o som [t], por exemplo, na palavra *tia*, você poderá observar que ora o som vem ligeiramente palatalizado, como em [t'ia], ora fortemente palatalizado, como em [tchia], ora como uma dental pura, como em [tia]. O mesmo vale para muitos outros sons: em alguns lugares de nosso país, o [l] final de *Brasil* é pronunciado como se fosse um [u], [Brasiu], ora aparece bem lateralizado, como no Rio Grande do Sul, [Brasil].

E agora, qual dessas realizações de [t], qual das pronúncias de [l] corresponde ao verdadeiro [t], ou ao verdadeiro [l]? Os essencialistas escolheriam um deles e pronto. Os essencialistas encaminham a questão mostrando que a verdadeira natureza do [t] não está em nenhuma de suas execuções fonéticas concretas, e sim no fato de que [t] é [t] por que não é [ch], por exemplo, e isso permite distinguir *tia* de *chia*, ou por que não é [l], e por isso não confundimos *tia* com *lia*, e assim por diante. Ou seja, a natureza de [t] está na sua diferença em relação a [ch] e a [l]. Daí Saussure ter também dito que “*na língua não há senão diferenças*”. Agora você já pode entender por que ele aconselhou descrever as línguas naturais através de um conjunto de antinomias.

Através de suas antinomias, Saussure instituiu a língua como uma estrutura e estabeleceu o campo de atuação da Lingüística como uma disciplina autônoma. Eis aqui algumas de suas antinomias: (1) o signo linguístico é formado pelo *significante* e pelo *significado*, (2) o objeto linguístico compreende a *langue* (=língua) e a *parole* (=discurso), (3) o estudo da língua pode ser *sincrônico* (=descritivo), ou *diacrônico* (=histórico), etc. Logo, antinomias = sempre dois juízos excludentes.

Com respeito à antinomia (2), ele afirmou que

"o estudo da linguagem comporta duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua (langue), que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala (parole), inclusive a fonação, e é psicofísica": Saussure (1917: 27; v. também 16-17 e 271).

O texto acima não deixa dúvidas quanto ao objeto primário da Lingüística e, mais particularmente, da Gramática Estruturalista. A *langue* é um construto teórico, porque "independente do indivíduo". A *parole* é o dado natural e concreto (é a fonação, é psicofísica) e não deve ocupar o centro das atenções do lingüista, segundo Saussure.

A *langue* tem duas propriedades fundamentais na concepção saussureana: é um objeto homogêneo e um objeto autônomo. Postular a propriedade da homogeneidade era um imperativo epistemológico dentro do raciocínio saussureano, pois

*"não é possível descobrir as regularidades necessárias para o estudo científico da linguagem se a Lingüística não voltar sua atenção para um objeto homogêneo; apenas a homogeneização do objeto permitiria descobrir nele a sua verdadeira ordem, uma ordem que ultrapasse a mera descrição e que permita chegar ao nível da explicação. A noção de *langue* teve, no quadro da teoria saussureana, este papel de tornar homogêneo o objeto e de permitir à teoria lingüística aceder à explicatividade":* Dascal-Borges Neto (1990).

Mas Saussure também autonomizou esse objeto, visto que, para operar com um objeto descontextualizado, era inevitável buscar o contexto na própria língua. É o que ele faz, ao afirmar que a língua é *"um sistema cujos termos são todos solidários e em que o valor de um não resulta senão da presença simultânea dos outros"* (pág. 135).

O conceito de valor, fundamentalmente existencialista, tem a mais alta relevância nesse esforço de autocontextualização da língua. Saussure afirma que *"a característica mais exata [do valor] é ser o que os outros não são"* (pág. 136). Estas postulações libertaram a Lingüística da relação de dependência que ela vinha mantendo com a Lógica, a História e a Literatura, pois agora a língua está contextualizada nela mesma.

Com respeito à antinomia (3), ele diz que o estudo autônomo da sincronia é uma condição lógica para a diacronia, pois "*o projeto sincrônico prevalece sobre o outro*": pág. 106. Ele estabeleceu com isso o primado da Linguística Estruturalista sobre a Linguística Histórica, bastante forte em seu tempo. Passado o vendaval estruturalista, a Linguística Histórica* retomou seu trabalho, beneficiando-se a partir dos anos 80 das contribuições estruturalistas, gerativistas, sociolinguísticas e cognitivistas.

Assim estabelecida a língua como uma entidade homogênea e autônoma, Saussure vai tornar mais precisa a propriedade relacional das línguas. Para isso, ele propõe outra antinomia: (4) a língua é feita sobre dois tipos de relações: as *relações sintagmáticas* e as *relações associativas* [hoje, "*relações paradigmáticas*"].

As relações sintagmáticas são dadas pelo caráter linear da língua, cujos signos têm de ser proferidos uns após os outros, “em presença” uns de outros. Alinhando-se num eixo de sucessões, os signos compõem os sintagmas, e aqui Saussure se vale de um termo técnico da linguagem militar grega, "*sýntagma*", "corpo de tropa constituído de soldados dispostos uns após os outros", para denominar essa regularidade linguística.

Em seu sentido mais geral, qualquer segmento de língua é um sintagma. O termo, entretanto, tornou-se mais técnico, passando a designar um recorte da língua formado por “lugares” do enunciado ocupados sistematicamente pelos Determinantes, pelo Núcleo, e pelos Complementizadores, do mesmo modo que nos sintagmas do exército grego os soldados eram dispostos em filas previsíveis de arqueiros, lanceiros e espadachins.

Em seu sentido mais técnicos, o núcleo dos sintagmas só pode ser ocupado pelos substantivos, verbos, adjetivos, advérbios e preposições, dando lugar, respectivamente, aos sintagmas nominal (SN), verbal (SV), adjetival (Sadj), adverbial (Sadv) e preposicional (SP). No quadro a seguir há exemplos de todos eles.

Tipos de sintagmas	Determinantes	Núcleo	Complementizador
SN	<i>A</i>	<i>menina</i>	<i>do vizinho</i>
SV	<i>Está</i>	<i>falando</i>	<i>bobagens</i>

Sadj	<i> muito</i>	<i> cheia</i>	<i> de si</i>
Sadv	<i> Bem</i>	<i> contrariamente</i>	<i> à opinião</i>
SP		<i> de</i>	<i> Todos</i>

Uma das características da estrutura dos sintagmas é sua recursividade. Em qualquer enunciado essas estruturas aparecem repetidamente, variando naturalmente as palavras que podem preencher seus “lugares estruturais”.

Assim, no SN acima ocorreu o SP *do vizinho*. No SV há um SN, *bobagens*. No Sadj ocorreu o Sadv *muito* e o SP *de si*. No SP poderia ter ocorrido na posição de Determinante um Sadv, se tivéssemos tido algo como *perto de todos*. Como você pode constatar, uma oração é um conjunto de sintagmas, podendo ela mesma ser considerada como um sintagma hierarquicamente mais alto.

Já as relações paradigmáticas são dadas pela associação de signos "em ausência", isto é, "fora do enunciado", situados na memória do indivíduo. Assim, quando dizemos algo como *eu estava na cozinha*, a primeira expressão poderia ser substituída por *você*, a segunda por *esteve*, e a terceira por *na sala*, e assim por diante. No raciocínio de Saussure, *você*, *esteve* e *na sala* são signos ausentes do enunciado, porém presentes na memória do indivíduo, e perfeitamente acionáveis quando ele quiser.

A teoria do sintagma e do paradigma teve uma enorme importância para a configuração dos procedimentos de descoberta gramatical, e pôs em cheque o jeito tradicional de fazer gramática como um processo de acumulação de dados soltos, não relacionados.

4.2.2 As unidades da língua

A subteoria sobre as unidades da língua se constituiu na pedra de toque para seu entendimento como uma estrutura.

O fonema* foi a primeira unidade a ser estudada. Ele é uma entidade formal não observável diretamente, não audível, não definível por propriedades físicas, mas apreensível pelo falante como uma sorte de "*forma psicologicamente real*", por meio

da qual ele percebe a "*realidade objetiva dos sons*": Sapir (1933: 39). Assim, se consideramos *pata* e *para* como palavras diferentes, é por que os únicos elementos diferentes nessas palavras, o /t/ e o /r/, são para nós formas psicologicamente reais. O fonema é a unidade mínima da estrutura fonológica, e embora portador dos sentidos, por si mesmo não tem sentido.

O morfema* é a unidade mínima da estrutura gramatical, isto é, ele (e as demais unidades gramaticais) associa os dois polos do signo lingüístico, o significante e o significado. Há morfemas-raízes, como em {*fala*}, morfemas afixos, como o morfema de tempo-modo {*ra*}, o morfema de pessoa-número {*s*}, que constituem a palavra *falaras*, morfemas suprasegmentais, como o acento, que nos permite distinguir *falaras* de *falarás*, e morfemas zero, como no presente do indicativo, em que depois do morfema-raiz não aparece um morfema de tempo, só o de pessoa-número, como em *falo*.

A palavra é unidade gramatical derivada do morfema, podendo realizar-se como um só morfema (como na preposição *de*), ou associar mais de um morfema (como em *alunos*], e funcionando como constituinte dos sintagmas (como em *o aluno do professor*).

O sintagma é a terceira unidade gramatical. Trata-se de um conjunto de palavras associadas pela propriedade da "constituência", tendo por núcleo a palavra que lhe vai dar o nome, e por margens outras classes de palavras de seleção previsível. Os sintagmas quando dotados de entoação própria podem funcionar como uma sentença, ou podem ser constituintes de uma sentença.

A teorização do fonema, do morfema e do sintagma representaram uma "construção pouco a pouco" do entendimento da língua como uma estrutura. A inclusão da quarta unidade, a oração, mostrou-se muito trabalhosa. Ela é a unidade gramatical máxima, e em sua caracterização a Gramática Estruturalista encontrou suas maiores dificuldades, visto que a sentença soma em si um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas, sintáticas (sintagmática e funcional), semânticas e discursivas.

Se se toma a língua como um código, tais estruturas deveriam ser analisadas a partir de suas propriedades "internas", sem pontos de contacto com a situação de enunciação em que foram geradas. Daí a dificuldade de estudar estruturalisticamente a oração, o que acabou por levar a gramática estruturalista a uma grande crise.

4.2.3 Os níveis hierárquicos da língua

A teoria da língua como uma estrutura propõe que as unidades mencionadas anteriormente se organizam em três níveis hierárquicos: o nível fonológico (= fonema), o nível morfológico (= morfema, palavra) e o nível sintático (= sintagma e sentença). Alguns modelos estruturalistas mais recentes incluem o nível discursivo, como na Tagmêmica: K.L. Pike e E.G. Pike (1977: cap. I).

O caráter hierárquico desses níveis decorre de que, por postulação teórica, propriedades dos fonemas terão repercussões na constituição dos morfemas, propriedades destes terão repercussão na palavra, e assim por diante. Assim, a existência em português de dois fonemas vocálicos mediais (cf. a distinção entre [e] e [o] abertos e fechados) gerou o morfonema de gênero (cf. a distinção não afixal entre *ele* / *ela*), de número (cf. a distinção não afixal entre *ovo* / *ovos*) e de pessoa (cf. a distinção não afixal entre *bebo* / *bebes*). Significa que o nível fonológico, "inferior" num arranjo que vá das unidades mínimas para as unidades máximas, afeta o nível gramatical "superior" dos morfemas, fazendo da estrutura lingüística uma sorte de "criação matemática" dos lingüistas, "onde tudo está relacionado" (francês "où tout se tient"), para retomar a formulação saussureana.

4.3 Teoria 3: "a língua é uma atividade social"

As duas famílias teóricas anteriormente examinadas têm em comum postular a língua como um fenômeno homogêneo, autonomizando a Lingüística enquanto disciplina científica. Já esta terceira vertente teórica considera a língua como uma atividade social por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos,

historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado. Ela é, portanto, heterogênea.

A Gramática, por via de consequência, deixa de ser uma disciplina científica autônoma, buscando pontos de contacto com a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Semiologia, a Ciência Política, a História e a Filosofia.

A consideração da língua como atividade social concorreu para a formulação da Teoria da Enunciação*, já mencionada no item 2, que por assim dizer "interdisciplinarizou" a Gramática.

Uma série de teorias auxiliares se acolhe no enunciado acima: a língua como comunicação, a língua como um conjunto de funções socialmente definidas, a língua como um conjunto de atos de fala, a variação e a mudança como fenômenos inerentes à heterogeneidade da língua, e a língua como discurso.

A gramática da língua assim concebida é um conjunto de regras em que se procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas. Para situar a língua em seu contexto social, essa gramática - denominada Gramática Funcionalista* - ultrapassa o limite da sentença, e avança na análise dos textos extensos.

Esse ramo de estudos "desencapsulou" a língua de seus rígidos limites estruturalistas e gerativistas, estabelecendo correlações entre os fatos gramaticais e os dados da comunidade que os gerou. Pode-se dizer que a Gramática Funcionalista reage contra a "pasteurização" da língua sustentada pelos que aderem de modo ortodoxo ao modelo da língua como uma atividade mental ou como uma estrutura. Os funcionalistas, com efeito, não escondem seu desgosto quando confrontados com as análises gramaticais que tomam sentenças descontextualizadas como matéria prima para as reflexões. A este respeito, Halliday (1974, 98 ss.) propõe claramente uma mudança de enfoque mediante a concentração da atenção nos usuários e nos usos da língua, mediante uma

valorização do emissor, do receptor e da variação lingüística no quadro da reflexão gramatical.

Vejamos alguns aspectos da Linguística Funcionalista, e o modo como ela vê as línguas naturais.

5. Funções da linguagem

As funções das línguas foram identificadas a partir da observação do circuito da informação. E a primeira contribuição, salvo erro, veio de um antropólogo, Malinowski (1923), que estudou a cultura polinésia, em cuja língua identificou três funções: (i) a função pragmática, dada pela língua em ação, (ii) a função mágica, dada pela língua como uma forma de controle sobre o meio ambiente, e (iii) a função narrativa, dada pela língua como uma sorte de depósito de informações úteis.

Mas foi a formulação de Bühler (1934) a que mais divulgação alcançou entre nós, graças ao Prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr. Segundo Bühler, três são os móveis da língua como uma atividade social: (i) informar, ordenando e representando a realidade circunstante, donde a função representativa, em que predomina o assunto; (ii) manifestar estados da alma, exteriorizando nosso psiquismo, donde a função emotiva, em que predomina o falante; (iii) influir no comportamento do interlocutor, atuando sobre ele, donde a função apelativa, em que ressalta o ouvinte. Segundo Bühler, as línguas naturais codificam de diversos modos essas três funções.

Jakobson (1969) desdobrou as funções de Bühler em seis, pois destacou os fatores "canal", "código" e "mensagem" no processo da interação social. Ele estabeleceu as funções: (i) referencial, que corresponde à função representativa de Bühler; (ii) emotiva, que corresponde à função de mesma designação; (iii) conativa, que corresponde à função apelativa; (iv) fática, pela qual avaliamos continuamente se o canal utilizado está sendo eficiente – e isto motivou os estudos dos "bordões do diálogo" de Beinhauer (1964), e os "costumes verbais" propostos por Swadesh (1966: 89-134), para ficar apenas em dois autores cujos temas seriam abundantemente

retomados pela Análise da Conversação, na década seguinte; (v) metalingüística, que enfatiza o código, e que é acionada toda vez que damos explicações sobre o sentido de uma palavra ou expressão; (vi) poética, que põe a mensagem em relevo, exemplificada pela concentração de nossa atenção sobre os elementos da linguagem, adensando seu conteúdo significativo e levando-o a uma polivalência que ultrapassa a dimensão meramente referencial.

Halliday aprofundou as relações entre o sistema lingüístico e as necessidades da comunicação, lançando as bases para sua Gramática Funcionalista. Ele aponta três macrofunções: (i) ideacional: a língua serve de veículo para a transmissão de informações entre membros da sociedade, *"isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência"*; (ii) interpessoal: através da língua, estabelecemos, mantemos e especificamos relações com outros membros de nossa sociedade, *"para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem - por exemplo, os papéis de perguntador ou respondente (...), e também para conseguir que coisas sejam feitas, por via de interação entre uma pessoa e outra"*; (iii) textual: a língua provê a textura e a organização do discurso com relevância para cada situação: Halliday (1970: 136-137). Numa palestra para professores primários, ele examina a língua materna do ponto de vista da criança, distinguindo-se dos autores anteriores, que se preocuparam com a linguagem adulta: Halliday (1973). Entre as crianças, ajuíza Halliday, a língua não conta como um veículo de informação, pois há outras tarefas igualmente importantes que ela realiza, algumas das quais já entrevistadas por Malinovski (1923). Ele enumera as seguintes tarefas: (i) instrumental (= *eu quero...*): por essa função a criança obtém que coisas sejam feitas; (ii) regulatória (= *faça como estou dizendo, faça assim*): a língua intervém de várias maneiras em todos os processos de interação através dos quais os adultos impõem regras e instruções ao comportamento da criança; adquirida a consciência dessa função, a criança passa a fixar para outras crianças da mesma idade seqüências ordenadas de instruções, que em seguida são transformadas em regras, inclusive condicionais; (iii) interacional (= *eu e você...*): função que objetiva definir e consolidar o grupo, incluir e excluir, impor e contestar um status, zombar, enganar, convencer, etc.; (iv) pessoal (*olha eu aqui...*):

função de tomada de consciência da individualidade da criança e de exteriorização dessa tomada de consciência; (v) heurística (*por quê ?*): uso da língua como meio de explorar o ambiente, formulando hipóteses e discutindo-as; (vi) imaginativa (*faz de conta que*): criação de um mundo à parte através da língua, sem relação necessária com a realidade, visto que essa função não corresponde necessariamente à expressão de um conteúdo; (vii) representativa (*tenho uma coisa para contar*): uso da língua como meio de comunicar acerca de algo, de expressar proposições.

Mas atenção! Quando essas teorias foram aplicadas ao português, muitas pessoas achavam que cada fato da língua corresponde a uma e a uma só das funções linguísticas. Isso é um erro, pois a mesma expressão ilustra várias funções. Para ficar com as explicações de Bühler, uma expressão do tipo

-- *Mas que diabo, acabaram de bater minha carteira!*

ilustra a função representativa, também conhecida como função referencial (*estou informando que me assaltaram*), a função emotiva (*nossa, e agora, acabo de ficar mais pobre?!)* e a função apelativa (*ei, você aí, vê se me ajuda, pô, corra atrás do ladrão, ou chame a polícia!!*).

6. Língua como comunicação

Jakobson (1969: 19) e ss. enfatizou o lado social da comunicação, quando estabeleceu os seguintes fatores dessa operação: o emissor, o receptor, o tema, o código, o canal e a mensagem. Já vimos como a ênfase em cada um desses fatores permitiu-lhe ampliar a teoria das funções linguísticas.

Linguistas da Escola de Praga, como V. Mathesius e outros, incorporaram uma teoria da comunicação em sua argumentação sintática, desenvolvendo suas hipóteses sobre a "articulação tema e rema". Segundo eles, a sentença contém duas partes, uma altamente informativa, que é o rema* (codificado habitualmente como o predicado,

isto é, o verbo e seus argumentos), e outra com baixa informatividade, que é o tema* (codificado habitualmente como sujeito): Ilari (1986).

Estudar a língua como comunicação virou um prato cheio para muitos estudiosos que acompanharam os linguistas de Praga. O ponto que mais suscitou sua curiosidade foi a ordenação das partes da oração relativamente ao seu conteúdo informativo. Mostrou-se que o sujeito concentra pouca informação, ao passo que a informação nova vem concentrada no verbo + seus complementos.

7. Língua como um conjunto de estruturas em constante processo de alteração

Segundo esta teoria, as estruturas lingüísticas não são objetos autônomos, podendo ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo da gramaticalização*. Por outras palavras, as línguas não têm uma gramática (= língua como enunciado), o que elas têm são gramaticalizações (= língua como enunciação).

8. Uma teoria multissistêmica da língua

E agora, que teoria o Portal “adotou”?

Começa que, dado seu objetivo de envolver os cidadãos na reflexão sobre a Língua Portuguesa, o Portal não adotará nenhuma teoria em particular, deixando que cada um se entenda como quiser com seu elefante.

Entretanto, justamente para não ser parcial, seletivo, o Portal deverá encarar a complexidade da Língua Portuguesa.

Vai daí, o Portal propõe seu acercamento considerando seus quatro subsistemas: o Léxico, a Semântica, o Discurso e a Gramática. Afinal, se você se der o trabalho de

ler as teorias aqui mencionadas (e olhe que ficou muita coisa de fora!), constatará que elas giram sempre à volta desses quatro polos, concentrando-se ora mais no Léxico, ora mais na Gramática, e assim por diante. É isso aí, fica muito difícil abarcar o elefante inteiro, então “vamos por partes”.

Mas você poderá estar se perguntando: e esses quatro subsistemas giram por aí, independentes uns de outros, sem nada que os governe?

Vou propor que um *dispositivo de caráter sociocognitivo* opera sobre a língua, ativando / reativando / desativando as propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais.

Esse dispositivo é “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala. É assim que nós conversamos, por exemplo. E é cognitivo porque lida com categorias cognitivas tais como VISÃO, ESPAÇO, TEMPO, MOVIMENTO, etc., e os traços semânticos deles derivados (tais como, de ESPAÇO, o arranjo dos objetos nos eixos vertical / horizontal / transversal, nos parâmetros dentro / fora, longe / perto, etc.).

A postulação desse dispositivo repousa nos achados da Análise da Conversação e nos achados dos pesquisadores ligados ao Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Nos dois casos o objeto empírico é exclusivamente a língua falada, mais reveladora dos processos de criatividade lingüística que a língua escrita. Ou por outra, se você quiser examinar a língua portuguesa mais de perto, tome como dados as transcrições das línguas faladas.

A conversação é a atividade lingüística básica, e pode, portanto, proporcionar-nos alguns princípios de interesse para esta demonstração. Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala, etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, Sacks-Schegloff-Jefferson (1974: 702)

postularam um “*componente de construção de turnos*” cujas unidades-tipo, isto é, palavras, sintagmas e sentenças com os quais o falante contrói seu turno, “*projetam a próxima unidade-tipo*”, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor. Estas afirmações constituem o Princípio de Projeção Pragmática.

Por outro lado, quês mecanismos lingüísticos os pesquisadores do PGPF identificaram, ao longo dos mais de 200 ensaios que escreveram? Algumas respostas podem ser encontradas em Nascimento (1993), Castilho (1989, 1998 / 2003). Pessoalmente, penso que os pesquisadores do PGPF identificaram três mecanismos, que aqui apresento como princípios, que encontram seu fundamento nas estratégias de gestão dos turnos conversacionais – o que situa a conversação como a manifestação discursiva por excelência. Os princípios aqui propostos assentam, portanto, em observações empíricas, não precedem os dados da língua, não são apriorísticos. Sua postulação aparece em textos anteriores, sucessivamente alterados: (Castilho 1998, 1998 a/ 2003).

Eis aqui uma descrição sumária dos sistemas propostos.

O *Léxico** será definido como um conjunto de categorias cognitivas prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes, ambos sumariamente referidos atrás.

Combinando categorias e traços de diferentes modos, obtemos os itens lexicais prototípicos, que serão realizados no dicionário da língua seja como um Nome, um Verbo, um Adjetivo, um Artigo, um Advérbio, uma Conjunção ou uma Preposição. A lexicalização* é, portanto, o processo de criação de itens, dispostos com maior ou menor clareza nas classes de palavra ou categorias lexicais.

A *Semântica** é a criação dos significados baseada em estratégias cognitivas tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual, a movimentação real ou fictícia dos participantes, sua reconstrução através da metáfora e da metonímia, etc. Daqui resultam os sentidos lexicais (dêixis,

referenciação, predicação, foricidade e conexidade), os significados composicionais (derivados da combinação de palavras: ver Weinrich 1972) e as significações pragmáticas (inferência, pressuposição). A semanticização* é, portanto, o processo de criação dos sentidos.

O *Discurso** é uma sorte de contrato social que estabelecemos lingüisticamente, de que decorrem os usos lingüísticos, concretizados no Texto. Esse sistema está fulcrado no eixo dêitico, isto é, na instanciamento das pessoas do discurso e em sua localização no ESPAÇO e no TEMPO. Satisfeitas essas condições prévias, dá-se a interação através de estratégias pragmáticas que nos revelam as categorias discursivas de turno conversacional, tópico, foco, unidades textuais, nexos textuais, etc. Vou chamar de discursivização* o processo de articulação social e de criação do texto que daí resultará.

Finalmente, a *Gramática** é um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subconjuntos da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, e governadas por regras de determinação interna. Essas estruturas se expressam por meio das categorias gramaticais, definíveis em termos de classes (palavra, sintagma, sentença), relações (regência, concordância, colocação) e funções (construções de tópico, organização das estruturas argumentais, adjuntos). A regularidade das categorias gramaticais tem sido comumente reconhecida, o que não exclui que a instabilidade é constitutiva da estrutura gramatical. Chama-se gramaticalização* o processo de criação das estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas.

As questões apresentadas aos interessados no vínculo deste Portal, *Língua e literatura*, serão organizadas à volta desses subsistemas, tomando sempre em conta que mais de um deles convivem ao mesmo tempo na mesma expressão, falada ou escrita. Por outras palavras, os sistemas mencionados não se dispõem linearmente uns depois dos outros, antes, convivem simultaneamente, configurando a língua como um sistema complexo.

Já por aqui se pode ver que a Gramática não é a única instância a pesquisar, quando desejamos compreender o funcionamento das línguas. Ela não tem a centralidade que lhe tem sido atribuída pela escolarização do Português, com a sua série de simplificações, incompreensões e empobrecimento do raciocínio.

Estas observações serão detalhadas no texto “Refletindo sobre a língua portuguesa”. Portanto, não percam a próxima atração de nosso programa!

9. Em resumo

Mas então, o que é a língua ela mesma? Seria a língua escrita? Seria só a língua culta? Ou a língua de um determinado lugar?

Bom, não é nada disso e ao mesmo tempo é tudo isso junto! De fato, muitas respostas têm sido dadas a esta pergunta, aparentemente tão banal.

Do ponto de vista mental, a língua é uma propriedade dos seres humanos, provavelmente inscrita no seu código genético, que lhes permite adquiri-la, e nela pensar e se comunicar: leia a este respeito o texto de Cláudia Lemos e Rosa Attiê Figueira, “Adquirindo a língua portuguesa”.

Do ponto de vista social, a língua é um feixe de variantes, visto que ela resulta do conjunto das variações elencadas acima. Sobre variação linguística, leia o texto de Maria Luíza Braga, “O Português brasileiro é uma língua uniforme ou é uma língua variada?”

Do ponto de vista gramatical, a língua é um sistema abstrato, é uma estrutura, suficientemente complexa para recolher todas as variáveis mencionadas acima. A esse respeito, leia os textos disponibilizados no Vínculo 3.

Então quer dizer que não existe uma e uma só definição de língua? Não, não existe. Tudo depende do ponto de vista que você está adotando – como já se vimos neste texto.

É fácil então definir a língua? De jeito nenhum! Abra um bom dicionário e uma enciclopédia, leia os verbetes “língua” e “linguagem”, e verá que todo mundo rebola quando precisa definir esse atributo humano tão natural, que é a língua-de-todos-os-dias!

A língua é portanto um grande mistério, sobre o qual vale a pena debruçar-se e refletir bastante. Os seres humanos refletem sobre as línguas o tempo todo, ao mesmo tempo em que a utilizam no seu dia-a-dia. Você também é assim, embora possa não ter-se dado conta. Este Portal da Língua Portuguesa foi organizado para levar você a discutir e refletir sobre a língua de que se utiliza.

10. Novas perguntas

- Por que as teorias são necessárias para o estudo das línguas?
- Qual é a melhor teoria para o estudo da língua portuguesa?
- Exemplos de fatos da língua portuguesa entendida como um enunciado.
- Exemplos de fatos da língua portuguesa entendida como uma enunciação.
- De vez em quando, verbalizamos fatos da língua como uma atividade mental. Procure alguns deles.
- Exemplos de estruturas da língua portuguesa.
- Busque orações na novela das oito e analise o conjunto de funções que cada uma delas está exemplificando.
- De acordo com a teoria *Língua como um conjunto de estruturas em constante processo de alteração*, estude as diferentes ocorrências da palavra *tipo* e reflita sobre se poderíamos afirmar que essa palavra (assim como muitas outras) atingiram um estágio de equilíbrio, e não mais mudarão em nossa língua.

11. Leituras para aprofundamento

Além dos textos citados no próprio texto, você pode melhorar sua percepção acerca do que é uma língua lendo os seguintes textos:

- 1) Para o item 1, ler a introdução dos manuais de Linguística de Câmara Jr. (1942), Borba (1963), Dascal (Org. 1982), Ilari (1989).
- 2) Para o item 2, ler dicionários gramaticais de Câmara Jr. (1956 / 1964), Borba (1970), nos verbetes sobre “enunciado” e “enunciação”.
- 3) Para o item 3:
 - 3.1, ler Chomsky (1986), Raposo (1992).
 - 3.2, ler Firbas (1964), Danes (1974 e 1995), Halliday (1985), Ilari (1986/1992).
 - 3.3, ler (1) Teoria funcionalista da variação e mudança: Labov (1972). (2) Teoria das gramáticas em competição: DuBois (1985). (3) Teoria da iconicidade: Haiman (1983, Ed. 1985). (4) Teoria da gramaticalização: Lehman (1982), Traugott & Heine (Eds. 1991), Heine / Hünemeyer / Claudi (Eds. 1991), Hopper & Traugott (1993), Bybee / Perkins / Pagliuca (Eds. 1994), Castilho (1997).
- 4) Para o item 4, ler Franchi (1972), Nascimento (1990), Castilho (2003b).

12. Glossário

Texto: O que vem a ser língua e linguagem? ([Link1](#))

- **Atividade eplingüística - Não consta**
- **Psicopragmática - Não consta**

Texto: Enunciado e enunciação: o que é isso? ([Link3](#))

- **Enunciação - Não consta**
- **Línguas naturais - Não consta**
- **Radical - Não consta**
- **Sufixo - Não consta**
- **Marcadores conversacionais - Não consta**
- **Fase de aquisição - Não consta**
- **Língua implícita - Não consta**
- Enunciados - Esse termo é usado com vários sentidos:
 - (1) É o resultado, o produto de uma interação, de que se estudará a estrutura gramatical manifesta e a estrutura abstrata.
 - (2) É uma noção discursiva que se opõe à noção de estrutura gramatical, pois se refere à produção de um sujeito concreto, de carne e osso, que expressa as atitudes desse sujeito, suas idéias, preconceitos, crenças, emoções etc.
 - (3) O mesmo que oração ou sentença.
 - (4) O mesmo que texto.

- Sintagma - Unidade da análise sintática composta de um núcleo (um verbo, um nome, um adjetivo, um advérbio, uma preposição), uma margem esquerda (preenchida pelos Especificadores) e uma margem direita (preenchida pelos Complementizadores). A designação do sintagma dependerá da classe da palavra que preenche seu núcleo, havendo assim

- sintagma nominal (o núcleo é um substantivo), como em [*o filho do vizinho*]
- sintagma verbal (o núcleo é um verbo), como em [*devorou a sobremesa*]
- sintagma adjetival (o núcleo é um adjetivo), como em [*deliciosa*]
- sintagma adverbial (o núcleo é um advérbio), como em [*muito depressa*]
- sintagma preposicional (o núcleo é uma preposição), como em [*do vizinho*].

Um sintagma é portanto um somatório de constituintes, cada qual ocupando um lugar previsível em sua estrutura. A sentença é um somatório de sintagmas, como se pode ver em *O filho do vizinho devorou a sobremesa deliciosa muito depressa*.

Devido à propriedade da recorrência*, a sílaba, o sintagma, a sentença e a unidade discursiva têm todos o mesmo arranjo estrutural, assim representável: unidades linguísticas → Margem Esquerda + Núcleo + Margem Direita.

- Sujeito - Termo da sentença com o qual o verbo concorda, e que é proporcional ao pronome pessoal *ele*.
- Complementos - Constituintes sentenciais selecionados pelo verbo, proporcionais ao pronome acusativo (= complemento de objeto direto), dativo (= complemento de objeto indireto) ou ao ablativo (= complemento oblíquo). Os complementos preenchem os lugares projetados lexicalmente pelos verbos.

Texto: Teoria 1: “a língua é uma atividade mental” (*Link5*)

- Linguagem - Não consta
- Gramática Gerativa - Não consta
- Gramática Cognitivista - Não consta
- Lingüística Cognitivista - Ramo dos estudos linguísticos que se integra no domínio mais amplo das Ciências Cognitivistas, de que ela vem abordando vários tópicos. Tem sido às vezes definida pelo que não é, visto que essa direção de estudos não aceita (i) “a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação lingüística (...) distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas lingüísticas”; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias lingüísticas são discretas e homogêneas; (iv) “a idéia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos ‘objetivos’”; (v) a autonomia e não-motivação semântica e conceptual da sintaxe: Silva (1997: 61).

Cognição é um termo bastante geral, que abriga domínios tais como a PERCEPÇÃO, especialmente a VISÃO, ESPAÇO, MEMÓRIA, SÍMBOLOS, IMAGENS. Por consequência, as Ciências Cognitivas deixam de lado a descrição formal de um mundo estático para privilegiar a descrição funcional de um mundo em movimento.

Tendo sua origem nas discussões de Platão e de Aristóteles sobre a natureza do conhecimento e sua caracterização “*durante o florescimento filosófico dos séculos XVII e XVIII – nos debates entre os racionalistas (como Descartes) e os empiricistas (como Locke e Hume) e nas tentativas de síntese apresentadas por Kant em torno de 1780 e por Whitehead e Russell em torno de 1910*” (Gardner 1985/1995: 307), a Ciência Cognitivista no século que acaba de terminar e certamente ainda nos anos por vir continuará a opor racionalistas a empiricistas, o individualismo científico à interdisciplinaridade. O ponto que reúne os cognitivistas, o lugar eles em que se encontram e se vêem como cientistas está na postulação de um nível de representação mental (roteiros, esquemas, símbolos, estruturas, imagens, modelos mentais), “*um conjunto de construtos que podem ser invocados para a explicação de fenômenos cognitivos, indo da percepção visual à compreensão de histórias*”: Gardner (ibidem, 403). Eis aqui alguns fenômenos versados pela Linguística Cognitiva:

VISÃO: Os gregos moldaram seu conhecimento a partir da visão do mundo que nos cerca. Jakobson dizia que “*como os seres humanos tendem a ver as coisas em termos de polaridade, verifica-se que muitas distinções importantes da linguagem também são binárias*”: apud Gardner (1985/1995: 251). Juntamente com Morris Halle, ele viria a afirmar que com apenas 12 oposições binárias básicas cada língua faz suas próprias escolhas. As categorias propostas por Langacker para captar a construção do conteúdo (*construal*) são largamente tributárias do fenômeno da VISÃO.

ESPAÇO: categoria cognitiva que dá origem às categorias de espaço vertical (em cima / embaixo), transversal (atrás / à frente), horizontal (origem / destino), e às de continente / conteúdo, longe / perto.

MOVIMENTO e AÇÃO MOTORA: a primeira categoria de certa forma já aparece no detalhamento da VISÃO. Langacker, por exemplo, alude aos pontos de vista fixo e móvel. Esta não é a primeira nem será a última vez em que as categorias cognitivas se imbricam. Nunca será demais lembrar que elas não são opositivas, negativas – como as categorias formais. São, antes, problemáticas, cumulativas, como já tive a ocasião de destacar em outra ocasião.

SÍMBOLOS, IMAGENS: durante muito tempo esquecidos nos desvãos da Retórica, os símbolos e as imagens passaram a ser fortemente valorizados pelas pesquisas cognitivistas, como fenômenos do dia-a-dia, bastante reveladores de como criamos os significados. O estudo dos símbolos deu origem a toda uma ciência, a Semiótica. A metáfora e a metonímia se enraizaram na agenda cognitivista. A imagética passou a ser considerada uma forma particular de representação mental: Gardner (1985/1995: 350).

A Linguística Cognitivista abarca os seguintes campos de investigação: (1) Teoria dos protótipos, (2) Teoria dos espaços mentais, (3) Teoria da metáfora, (4) Teoria da gramaticalização, (5) Gramática cognitivista.

Texto: Teoria 2: “a língua é uma estrutura” (*Link6*)

- **Linguística Estruturalista - Não consta**
- Gramática Estruturalista (Estruturalismo) - 1) Ramo da Linguística interessado na apreensão das estruturas linguísticas a partir do comportamento linguístico observado. Para postular como é a estrutura linguística, o Estruturalismo concebe a língua como um conjunto de níveis hierárquicos, cada qual com sua unidade de análise, de tal sorte que as propriedades de um nível concorram para constituição das propriedades do nível imediatamente superior.

NÍVEIS DE ANÁLISE	UNIDADES DE ANÁLISE
Fonologia*	Fonema*
Morfologia*	Morfema*
Sintaxe*	Sintagmas*, sentenças*

Esse quadro deve ser lido assim:

- características dos fonemas interferem nos morfemas (por exemplo, a perda do fonema que fecha a sílaba*, como o –s ou o –r, modificará o morfema de plural de uma palavra como *casas* e o morfema do infinitivo de uma palavra como *falar*, que perderão suas marcas);
- características dos morfemas interferem nos sintagmas (por exemplo, se o sintagma nominal [*as casas*] muda para [*as casa*], caberá ao Artigo *a* indicar a concordância);
- características dos sintagmas interferem nas sentenças (por exemplo, se [*as casa*] for o Sujeito de uma sentença, não haverá concordância do verbo com o sujeito, como em *as casa caiu*).

Para o Estruturalismo, a língua não se confunde com as frases que as pessoas usam, nem com o comportamento verbal que observamos no dia-a-dia. A língua é, ao contrário, uma abstração, um conhecimento socializado que todos os falantes de uma comunidade compartilham, uma espécie de código que os habilita a se comunicarem entre si.

2) Grande movimento científico nas humanidades ancorado no pressuposto de que fenômenos complexos se organizam por partes para constituir um todo estruturável. No ensino de línguas é o movimento paradigmático (uma grande abordagem) que absorve a longa tradição clássica de ensino da gramática e da

tradução para o aprendizado de língua(s) postulando a centralidade e a anterioridade do sistema lingüístico que é trabalhado cumulativamente por partes previamente descritas e contextualizadas na frase, no pequeno diálogo demonstrador, no texto curto exemplificador e nas situações de uso (linguagem na agência de correio, na mesa do café da manhã etc). Nos anos 70, associou-se ao condutivismo ou corrente psicológica behaviorista assentada na aprendizagem de partes ou padrões que super-ensinam nas demonstrações repetíveis e nas substituições mecanizáveis. Hoje, o Estruturalismo audiolingual se comunicativizou para sobreviver fazendo uso de materiais autênticos, trabalho aos pares e pequenos grupos e desempenho de papéis.

3) A Linguística Estruturalista se ocupa do enunciado*, no qual identifica as regularidades linguísticas* a partir de um conjunto de princípios e de uma metodologia. Ela procura as regularidades encontradas na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe. Tudo o que for regular integrará a Gramática da língua. Tudo o que for irregular integrará o Léxico dessa língua, entendido como o lugar das idiossincrasias, como um componente das línguas naturais distinto do da Morfologia e da Sintaxe.

Texto: As antinomias saussureanas (Link7)

- Linguística Histórica - Ramo da Linguística que estuda o surgimento, a mudança e a morte das línguas naturais. Compreende a História social da comunidade que deu surgimento a uma língua e a mantém, e a Mudança gramatical, investigando as alterações fonológicas, morfológicas e sintáticas das línguas naturais.

Texto: As unidades da língua (Link8)

- Fonema - Não consta
- Morfema - Não consta

Texto: Teoria 3: “a língua é uma atividade social” (Link10)

- Teoria da Enunciação - Não consta
- Gramática Funcionalista - Não consta

Texto: Língua como comunicação (Link12)

- Rema - Não consta
- Tema - Não consta

Texto: Língua como um conjunto de estruturas em constante processo de alteração (Link13)

- Léxico - Não consta
- Lexicalização - Não consta
- Semântica - Não consta

- **Semanticização - Não consta**
- **Discurcivização - Não consta**
- **Discurso** - É toda atividade comunicativa, produtora de sentidos, ou melhor, de efeitos de sentidos, entre interlocutores (sujeitos situados social e historicamente). É uma atividade de construção de sentidos entre falantes na qual o que se diz significa em relação ao que não é dito (implícitos), ao efeito que se pretende atingir; significa em relação ao lugar social de onde se diz, a quem se diz; significa em relação a outros discursos que circulam (ou circularam) na sociedade. O discurso se manifesta por meio de textos orais ou escritos.
- **Gramática** - A palavra *gramática* recolhe muitas significações.
 - 1) Distinguimos inicialmente a gramática implícita, aquela que adquirimos quando aprendemos a falar, da gramática explícita, que é o esforço sempre incompleto de descrever e interpretar a gramática implícita, a gramática mental.
A gramática implícita é internalizada na mente dos falantes quando eles adquirem sua língua materna; eles não conseguiriam se expressar, se não dispusessem dessa gramática. O trabalho da escola é levar os alunos a explicitarem sua gramática implícita.
 - 2) Estudo das regras de acordo com as quais se constroem palavras e sentenças numa língua. Há pelo menos três maneiras diferentes de entender "regra": como a) "norma a ser seguida", como b) "regularidade constatada", ou como c) "expectativa criada por um princípio geral". A essas diferentes maneiras de entender o que seja uma regra correspondem três concepções diferentes de gramática: a. gramática normativa*, b. gramática descritiva*, e c. gramática explicativa*.
- **Gramaticalização** - Criação de construções gramaticais a partir de palavras e expressões que, originalmente, se aplicavam a objetos ou situações do mundo, e funcionavam como itens lexicais.